



---

**LIESA FRO E KWANISSA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS  
DIASPÓRICAS E EMANCIPATÓRIOS**

**LIESA FRO AND KWANISSA IN THE PRODUCTION OF DIASPORIC AND  
EMANCIPATORY KNOWLEDGE**

**LIESA FRO Y KWANISSA EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS  
DIASPÓRICOS Y EMANCIPATORIOS**

**LIESA FRO ET KWANISSA DANS LA PRODUCTION DE SAVOIR  
DIASPORIQUE ET EMANCIPATOIRE**

**Rosenverck Estrela Santos**

Doutor em Políticas Públicas (UFMA), Professor LIESA FRO/UFMA e PPGEEB/UFMA  
[re.santos@ufma.br](mailto:re.santos@ufma.br)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou no dia 27 de julho de 2023 os dados inéditos sobre o Censo Demográfico - 2022, referentes aos quilombolas no Brasil. Segundos essa pesquisa, nosso país tem 1,3 milhão de pessoas autodeclaradas quilombolas. É a primeira vez que o Censo do IBGE buscou informações e identificação das comunidades quilombolas, territórios com raízes históricas e ancestrais com o continente africano e a história de resistência da população negra no Brasil. Considero que as organizações, os territórios e os movimentos quilombolas foram e são as maiores formas de organização da resistência negra, ao longo de todos esses séculos da formação social brasileira.

Percentualmente a quantidade de quilombolas no segundo país de maior população negra do mundo, fora da África, representa 0,65% da população total do país. Sempre é bom reafirmar que se trata de um fenômeno recente e importante que tem ocorrido na história brasileira. A partir da lei 10.639 de 20023, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; da pressão do movimento negro; das iniciativas próprias comunidades quilombolas; das várias pesquisas realizadas por intelectuais comprometidos com a causa antirracista; nós conseguimos construir um amplo processo de conscientização acerca da importância dos territórios quilombolas na história do Brasil. Isso evidentemente, gerou uma onda da autodeterminação quilombola que ainda não cessou, ainda não atingiu seu ápice, mas que já se consegue vislumbrar nas estatísticas.

São aproximadamente 474 mil residências com pelo menos um morador quilombola e que representa uma média de moradores mais elevada - 3,17 – que a média nacional de 2,79. É a região Nordeste – região negra por excelência – que concentra quase 70% dos quilombolas, tendo destaque os estados da Bahia e do Maranhão, com praticamente 50% dos quilombolas do país. Na Amazônia Legal, estão presentes quase 1/3 dos quilombolas do Brasil. Das 5.570 cidades brasileiras, 1.696, ou seja, 30,5% têm habitantes que se autodeclararam quilombolas.

No entanto, 87,41% desses quilombolas ainda vivem fora de territórios oficialmente demarcados e reconhecidos como comunidades quilombolas, o que evidentemente aumenta

nosso desafio, pois não basta apenas o reconhecimento e a autodeclaração das comunidades quilombolas, mas é necessário – e com urgência – a posse da terra, do território, com demarcação e titulação.

Os quilombolas do Brasil precisam controlar e ter a posse dos seus territórios para terem a possibilidade de resguardar as memórias, preservar o patrimônio cultural, reverenciar suas ancestralidades, exercer suas tradições culturais e religiosas, e manter e difundir uma educação que seja específica, diferenciada e articulada aos seus valores, costumes e modos de vida, buscando sempre processos mais qualificados e experiências de melhorar as suas formas de viver.

Em nosso estado – Maranhão – mais de 260 mil pessoas se autodeclaram quilombolas, vivendo em 32 municípios. A região da baixada maranhense, Alcântara e a região do Itapecuru foram destaques na autoafirmação quilombola. O Maranhão tem a segunda maior população quilombola do Brasil, possuindo 269.074 mil quilombolas. No entanto, se repete ao Maranhão, o que é norma no Brasil, a maior parte dos quilombolas está fora de territórios titulados. O censo nos trouxe os dados segundo os quais 89,21% da população quilombola maranhense, que em números chega a 240.030 moradores, porém apenas 10,79% dos moradores, correspondentes a 29.044 pessoas, estão em território oficialmente quilombola delimitado no estado.

Alcântara, apesar dos ataques dos governos federais e do Centro de Lançamento vinculado as forças armadas brasileiras, que expulsam quilombolas de suas terras há décadas e continua querendo expulsar, é a cidade brasileira com a maior porcentagem de quilombolas. O censo nos indicou que 15.616 pessoas, ou seja, 84,6% dos moradores que vivem em Alcântara, cidade que se localiza a 108 km de São Luís, se autodeclaram quilombolas.

No Maranhão, concentra-se seis dos dez municípios com maior porcentagem de quilombolas do país, quais sejam: Alcântara, Serrano do Maranhão (55,7%), Central do Maranhão (48,4%), São Vicente Ferrer (47,5%), Mirinzal (46,7%) e Bacurituba com 44,5% de pessoas que se autodeclaram quilombolas.

Não nos custa lembrar que o intelectual negro marxista Clóvis Moura afirmou que *o Brasil era um país inconcluso*, justamente porque nega historicamente uma parcela significativa da população brasileira com suas histórias, culturas e formas de viver e saber. Essa negação tem consequências sociais, econômicas, políticas e ideológicas que ainda hoje vigoram no pensamento e nas experiências de vida dos brasileiros e brasileiras. Isso nos causa perda de identidade, de referenciais históricos, de ancestralidade e de memória, por isso a importância desse redescobrimto de nossa identidade quilombola e de nossas raízes africanas e indígenas.

Esse projeto de negação faz parte de uma nação que se constituiu na exploração do trabalho de africanos e indígenas escravizados, na grande propriedade fundiária e monocultura agroexportadora, a partir de uma economia e de uma classe dominante absolutamente dependente das potências imperialistas. A história do Brasil, da África, das nações indígenas, das mulheres, da classe operária, tem sido contada nos bancos escolares como obra masculina, branca, heterossexual e cristã ocultando as lutas de resistência de nosso povo, e fazendo-nos esquecer os horrores e consequências de quase 400 anos de escravismo e de toda a exploração e opressão advinda da formação social capitalista dependente.

Nossa formação escravista e as representações históricas que a seguiram criaram uma imagem da população negra vinculada ao banditismo, à vadiagem e a preguiça, e isso resultou numa autoimagem negativa da pessoa negra que buscava a todo momento parecer o máximo possível com o referencial branco europeu, para fugir das agruras do racismo. Evidentemente nossas lutas também passaram pelas mesmas interpretações e foram apresentadas como ações de criminosos e pessoas degeneradas, a exemplo da Balaiada no Maranhão e do Quilombo de Palmares.

Em relação aos quilombos, toda uma historiografia foi construída para desqualificá-los enquanto territórios de resistência e negação do trabalho escravizado, sendo apontados como espaços de marginais perigosos, ávidos a destruir com os “cidadãos de bem” e com a boa sociedade.

É certo que se por um lado existiram as senzalas, os capitães de mato, os chicotes, as leis de repressão à população negra, à sua cultura e manifestações religiosas; por outro lado, muitos negros e negras edificaram os quilombos, não apenas como um espaço de luta pela liberdade, mas de construção da identidade, dignidade e humanidade na luta contra a tentativa de lhes impor a condição de objetos (Costa, 2010; Fiabani, 2005; Moura, 1994).

Não é demais, sempre que necessário, lembrarmos de grandes momentos de nossa luta. Nessa direção, o Quilombo dos Palmares se transformou em umas das maiores manifestações da resistência negra no país. Ademais, ressaltamos a atuação do Teatro Experimental do Negro, na década de 1940, criado por Abdias do Nascimento e de seu importante papel na luta pela inserção cultural da população negra e construção da identidade. Já nos anos 1970, depois da Ditadura Militar, surge o movimento social negro urbano de amplitude nacional e com reivindicações que abarcavam desde a identidade étnico-racial até políticas públicas específicas para a população negra. Nesse contexto, sobressai-se a formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978, na capital paulista.

Observamos ainda, que a juventude negra, organizou os “*bailes black*”, inspirados na *soul music* norte-americana, o Hip-Hop, o reggae, todos esses estilos e manifestações culturais, como processos importantes de afirmação da negritude e da estética negra, afirmando-se por meio da música e da arte em geral. Os diversos blocos afros organizados em todo país colaboraram substancialmente nesse processo.

Portanto, utilizaram-se da cultura e da arte como forma de rememoração de seus territórios de origem. Por essa razão, a arte tornou-se fundamental na resistência à escravidão e constitui-se atualmente em instrumento essencial de luta contra o racismo e conquista de direitos sociais. Por meio da organização coletiva foi possível reformular o conhecimento sobre nós mesmos, negando estereótipos e mitos, bem como demonstrar que a população negra, em sua diversidade e riqueza histórica é dinâmica e pode contribuir decisivamente para as transformações da formação social do Brasil.

Todos esses dados demonstram a força das comunidades quilombolas no Maranhão e, sobretudo, a força da história e cultura negra em nosso estado. É por essa e outras razões que a Licenciatura em Estudos africanos e Afro-brasileiros e a Revista Kwanissa cumprem uma ação fundamental na pesquisa, ensino, formação e divulgação de informações sobre o continente africano e sobre a realidade da população negra em nosso país. A revista tem sido um instrumento de difusão dos conhecimentos produzidos em África e na diáspora, visando



---

proporcionar a inserção de nossos leitores em outras epistemologias que não unicamente as eurocentradas.

Nessa nova edição – v.6, n.14 (2023) – temos artigos que demonstram a diversidade de nossas lutas, de nossa arte, de nossa cultura, de nossa ancestralidade e manifestações religiosas. Demonstram nossos modos de produzir ciência, saber popular e a articulação necessária entre essas formas de se construir conhecimentos. Nesse sentido, os nossos leitores e leitoras poderão se debruçar e refletir acerca da prostituição, com recorte de raça e classe; sobre nossas comunidades tradicionais, quilombolas; irão conhecer um pouco mais sobre nossas professoras e mulheres pretas; sobre a escritora Auta de Souza; sobre os sistemas medicinais africanos em nossa cultura; sobre a filosofia Ubuntu; a negritude, sobre países africanos com seus sistemas educativos e tradições orais; poderão apreciar textos sobre saberes locais, nossa arte e nossa religião.

Vou me abster de resumi-los, porque acredito que a busca e a leitura por cada um desses artigos serão de um engrandecimento decolonial, ético e emancipatório. A Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros e a Revista Kwanissa fazem parte desse movimento histórico de resistência e produção de ciência que a população diaspórica e indígena tem edificado em nosso país. Tenham uma boa leitura antirracista!

### Referências Bibliográficas

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.